



## SAÚDE

# Transplante de órgãos: entre o recorde e o receio

Em 2025, foram realizados cerca de 31 mil procedimentos, um crescimento de 21% em relação a 2022. Porém, o país ainda convive com a resistência das famílias. Dados mostram que 45% delas não autorizam a cessão depois da morte do parente

» MARIA BEATRIZ GIUSTI\*

Divulgação/Governo do RJ



O maior problema enfrentado pelo sistema de transplante é a resistência das famílias. As justificativas para recusa vão do medo ao dogma religioso

O Brasil bateu o recorde histórico de transplantes de órgãos e tecidos, com a doação de aproximadamente 31 mil órgãos em 2025. Isso representa um crescimento de 21% em relação a 2022, quando 25,6 mil órgãos foram doados. Mas, mesmo com aumento, 45% das famílias brasileiras ainda não autorizam o transplante depois da morte.

Segundo o Ministério da Saúde, entre os motivos que levam à recusa da doação, estão a não aceitação do manuseio do corpo, crença religiosa, medo da reação de parentes, desconfiança da assistência médica e a não compreensão do diagnóstico de morte encefálica. Para a presidente do Instituto Gabriel, Maria Inês Toledo, a doação de órgãos ainda é um tabu entre os brasileiros.

“As pessoas têm medo de conversar sobre o assunto porque sempre associam à morte. A doação de órgãos não é falar sobre a morte, mas falar sobre a continuidade da vida em outras pessoas”, observou.

De acordo com o Sistema Nacional de Transplantes (SNT), responsável por coordenar e monitorar a realização dos procedimentos, na quarta-feira havia 85.009 pessoas esperando por transplante de órgãos e tecidos no país. A doação de órgão só pode ser feita depois de constatada a morte encefálica, geralmente provocada por traumatismo craniano ou derrame cerebral, que é definida como a perda completa e irreversível das funções cerebrais. Pela lei, depois da morte, o órgão só pode ser doado com autorização da família, mesmo que

em vida a pessoa tenha demonstrado desejo de ser doadora.

“Para o Estado, não adianta pôr em documento. Mas, hoje, a gente acha que é uma boa saída porque é uma forma de lembrar à família que a pessoa queria ser doadora. Isso ajuda bastante, porque quando a família sabe, ela

tende a respeitar a decisão”, observa Maria Inês.

Entre os transplantes mais realizados em 2025, estão o de córnea (17.790 procedimentos), de rim (6.697), de medula óssea (3.993), de fígado (2.573) e o de coração (427). O Sistema Único de Saúde (SUS) é responsável por 86% dos

procedimentos no Brasil.

Em 2025, o Ministério da Saúde gastou R\$ 1,5 bilhão em recursos para o SNT. Em 2022, o investimento foi de R\$ 1 bilhão. Além disso, o transporte dos órgãos por companhias aéreas e pela Força Aérea Brasileira (FAB) também cresceu: foram 4.808 voos, um aumento de

22% de 2022 a 2025.

Os números também mostram que a Central Nacional de Transplantes (CNT) viabilizou 867 transplantes renais, 375 hepáticos, 100 cardíacos, 25 pulmonares e quatro de pâncreas. As equipes de captação também cresceram, passando de 1.537,

em 2022, para 1.600, em 2026.

Apesar da melhora nos números, Maria Inês avalia que o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer. “Apesar de toda a tecnologia, de toda a capacidade do Brasil em fazer transplantes, ainda é um tema muito sensível para as pessoas”, avalia.

### Como funciona

» Depois da confirmação da morte encefálica e com a autorização da família para a doação, o órgão passa pelas seguintes etapas:

- 1) O hospital notifica a central estadual de transplante, que inicia os testes de compatibilidade entre os pacientes no Sistema de Lista Única;
- 2) Por meio de um sistema informatizado, a central gera uma lista de potenciais receptores, com base na urgência e no tempo de espera;
- 3) Depois de comunicar o hospital, as equipes de transplante, junto à central, transportam o órgão até o paciente;
- 4) Assim que o órgão é viabilizado para a cirurgia, o transplante é realizado.

## JORNALISMO E IMPRENSA

### Assembleia do MA celebra 100 anos de *O Imparcial*

» NATHALLIE LOPES

A Assembleia Legislativa do Maranhão (Alema) realizou, ontem, uma sessão solene em homenagem aos 100 anos do jornal *O Imparcial*. O veículo também foi declarado Patrimônio Cultural e Imaterial do estado.

A presidente da Assembleia e autora da homenagem, deputada Iracema Vale (PSB), destacou que a solenidade reconheceu não apenas a longevidade do veículo, mas, também, o valor histórico, “cultural e efetivo de uma instituição que ajudou a preservar a nossa identidade”.

Fundado 1º de maio em 1926, *O Imparcial* acompanhou momentos marcantes da história política, social e cultural do Maranhão e se consolidou como um dos principais veículos de comunicação do estado.

Em artigo publicado no **Correio**, o ex-presidente da República José Sarney relembrou a trajetória do veículo, onde iniciou a carreira como jornalista aos 17 anos. Conforme lembrou, *O Imparcial* teve papel importante na formação cultural e política do Maranhão e ajudou a revelar nomes da literatura do jornalismo brasileiro.

Sarney também definiu *O Imparcial* como um “repositório da vida cotidiana maranhense” e afirmou que o jornal manteve, ao longo da história, a proposta de independência que inspirou seu nome. “Minha gratidão por fazer parte de sua história, que se confunde com a história da imprensa do Maranhão. Que venham outros 100, e que ele nunca deixe de ser tão necessário quanto é!”, salientou o ex-presidente.

Divulgação



Pedro Freire (presidente), Célio Sérgio Serra (diretor) e ex-presidente Sarney com a página alusiva aos 100 anos

## VIOLÊNCIA

### Câmara aumenta penas para crimes sexuais

A Câmara dos Deputados aprovou, quarta-feira, o PL 3.984/25, que institui a Lei da Dignidade Sexual. A proposta aumenta as penas dos crimes de assédio sexual, estupro e registro não autorizado de intimidade sexual, além de crimes de pedofilia no Estatuto da Criança e do Adolescente

(ECA). O texto vai ao Senado.

A matéria prevê a reclusão de oito a 12 anos para estupro — a pena atual é de seis a 10 anos. Em caso de lesão grave da vítima, a pena passará de oito a 12 anos para 10 a 14 anos. Se a violência levar à morte, a punição passa a ser de 14 a 32 anos.

Para o crime de assédio, a

detenção vai de dois a quatro anos. Para o registro não autorizado da intimidade sexual, a detenção será de um a três anos.

Crimes cometidos por razões da condição do sexo feminino e contra pessoa com deficiência ou maior de 60 anos terão um aumento da pena de um terço a dois terços. Em 2025, 37,5% das brasileiras de 16 anos ou mais sofreram algum de violência, 31% sofreram ofensas verbais e 49% foram vítimas de assédio. Os dados do Fórum Brasileiro de Segurança

Pública mostram que esse percentual é o maior em comparação com os anos anteriores.

Neste Maio Laranja, de conscientização sobre o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, o texto também prevê o aumento das penas para crimes previstos no ECA relacionados à pornografia infantil. A pena para vender, divulgar ou expor tais registros envolvendo crianças e adolescentes passa de quatro a oito anos para seis a 10 anos de prisão. A disseminação desse tipo de

conteúdo sobe de três a seis anos para cinco a oito anos.

O projeto aumenta a punição para quem adquirir ou armazenar pornografia infantil — de um a quatro anos para três a seis anos; para quem simular a participação de crianças ou adolescentes em cenas de sexo explícito por meio de montagens ou adulterações, de um a três anos para três a cinco anos; e para o crime de aliciar crianças ou adolescentes, por qualquer meio de comunicação, com o objetivo de praticar

ato libidinoso, a pena sobe de um a três anos para três a cinco anos.

Segundo o relatório *Disrupting Harm in Brazil: Enfrentando a violência sexual contra crianças facilitada pela tecnologia*, do Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef), mais de 2 milhões de adolescentes brasileiros de 12 a 17 anos disseram ter sido vítimas de exploração ou abuso sexual on-line. (MBG)

\*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi